

JORNAL

# 20unicamp

ANO 14

SETEMBRO 94

Publicação da Associação de Docentes da UNICAMP - Campinas - SP



## ELEIÇÃO 94: O BRASIL NUMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA

*Presidenciáveis expõem suas idéias sobre  
Educação, Ciência e Tecnologia*

Páginas 4, 6, 8 e 10

*Candidatos ao governo do Estado falam  
sobre Universidade e Financiamento*

Páginas 5, 7 e 9

## EDITORIAL

# O BRASIL NUMA ENCRUZILHADA

Vivemos novamente o clima de eleições gerais. Renovam-se, em 3 de outubro, a Presidência, Governos de Estado, Câmara Federal e Legislativas Estaduais. No rumo do debate sobre estas eleições, a Adunicamp publica um número do Jornal exclusivo sobre as diferentes propostas, para o país e para o Estado de São Paulo, relativas à Educação, Ciência e Tecnologia e Universidade e Financiamento.

Estes temas estão na ordem do dia e fazem parte do cotidiano do trabalho universitário. Acompanhamos de perto o descompromisso do Estado para com a escola e o ensino públicos, deixando de aplicar os percentuais para a educação fixados pela Constituição de 88, tanto a nível federal como dos Estados. A dívida do Estado de São Paulo com a educação já soma US\$ 250 milhões e o Fundo Social de Emergência retirou verbas das áreas de saúde e educação, aprofundando a situação dramática do ensino de 1º e 2º graus em todo o país. Segundo matéria publicada na Folha de S. Paulo a 24/08/94 ("Hingel pede mais verbas à Fazenda"), o Orçamento da Educação deste ano que era de US\$ 7,4 bilhões, baixou em US\$ 1,48 bilhão (20%) como forma de contribuição ao Fundo Social de Emergência, e recebeu de volta do mesmo fundo, US\$ 950 milhões, sendo que, somente com merenda escolar o Ministério da Educação iria gastar US\$ 704 milhões.

Na Unicamp, este descaso se reflete não apenas nos nossos salários, mas sobretudo na ausência de repasse por parte do governo do Estado, comprometendo as atividades básicas do trabalho universitário, cuja manifestação mais drástica foi a recente portaria do reitor determinando corte nas despesas da ordem de 30%. Enquanto isso, Fleury propõe a estadualização das Faculdades de Medicina de Marília e São José do Rio Preto, as quais não obedecem ao conjunto de critérios de qualidade e desempenho.

Estas medidas, aliadas ao Plano Real e aos desdobramentos que virão com o conjunto de medidas já preparadas pelo governo Itamar, prometem tempos difíceis para a universidade e para o conjunto dos trabalhadores.

É nossa intenção contribuir com este debate político sobre as diferentes propostas que representam projetos diferentes, e antagônicos às vezes, de saídas para a crise vivida pelo país na área educacional e na ausência de política científica e tecnológica que coloque o Brasil em outro patamar, não apenas de competitividade no mercado mundial, mas sobretudo de independência em diferentes áreas tecnológicas, na defesa de nossa soberania.

A Universidade tem papel importante neste momento. Chamada a contribuir, com suas potencialidades na pesquisa básica e aplicada, na descoberta e desenvolvimento de novos

conhecimentos, seus caminhos podem tornar-nos independentes, na defesa dos interesses nacionais, ou submissos aos interesses externos.

Entender o movimento que se estabelece nestas eleições e que projetos históricos se escondem e se revelam em cada uma das propostas é o desafio que nós, docentes universitários, temos pela frente.

A Adunicamp acredita que este Jornal é um passo importante nesta direção.

Na hipótese de realização de 2º turno das eleições, continuaremos a estabelecer o debate neste nosso instrumento de divulgação de opinião.

**Nota: Para a elaboração desta edição, a Adunicamp solicitou - através de ofícios - artigos sobre o tema "Educação, Ciência e Tecnologia" (a presidenciáveis) e sobre "Universidade e Financiamento" (a candidatos ao governo do Estado). Os artigos de apoio a candidaturas foram solicitados verbalmente a docentes. Todo material recebido pela Adunicamp até a data de fechamento da edição (15/09/94) foi aqui reproduzido.**



### EXPEDIENTE

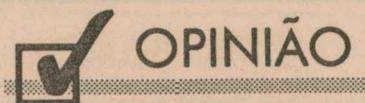
#### Diretoria:

José Ricardo Figueiredo - Presidente  
 Ítala D'Ottaviano - 1º Vice-Presidente  
 João Wanderley Geraldi - 2º Vice-Presidente  
 Michel Sadalla Filho - 1º Secretário  
 Reinaldo Camargo Rigitano - 2º Secretário  
 Marcela Haun - 1º Tesoureiro  
 Elias Basile Tambourgi - 2º Tesoureiro  
 Carlos Fernando de Andrade - Diretor Administrativo  
 Helena Costa Lopes de Freitas - Diretor de Imprensa  
 Helena Jank - Diretor Cultural

Jornal da Adunicamp - Setembro / 1994

Edição e Projeto gráfico: Márcia Maria C. M. Fantinatti - MTB 22.521  
 Editoração Eletrônica: José Carlos de Souza  
 Revisão: Elena Cristina Caetano  
 Tiragem: 2.500 exemplares  
 Distribuição gratuita

Associação de Docentes da Unicamp  
 Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Fone: (0192) 39-1148  
 Cx. Postal 6158 - Campinas/SP



# Por que votar em Lula

Luís Carlos Guedes Pinto

Creio que se pode dizer que há um consenso no Brasil, hoje, sobre a gravidade da situação social em que nos encontramos. É também consensual, acredito, que há necessidade de, urgentemente, desencadear um processo de reversão deste quadro, o que só será possível se houver mudanças de caráter estrutural. Penso, ainda, que há um consenso sobre a incapacidade das chamadas "elites dirigentes", que têm governado este país desde sempre, de serem as promotoras e condutoras deste processo de mudança social, destinado a edificar uma sociedade menos desigual, onde o mínimo de dignidade seja assegurado a todos os cidadãos.

Este consenso parece ser tão generalizado, que todos os partidos políticos, bem como todas as candidaturas à Presidência da República, se comprometem a transformar o país, propondo objetivos que não diferem muito entre si, mesmo que o diagnóstico sobre as causas geradoras do caos social em que nos encontramos seja distinto. Assim sendo, se tomássemos como referência para o voto as propostas e os programas poderíamos, seguramente, votar em qualquer um dos candidatos, pois todos nos garantem um futuro melhor, principalmente para os despossuídos.

Se analisarmos os candidatos e seu passado - e nos fixarmos, para fins desta reflexão, naqueles que neste momento têm real possibilidade de vitória - constatamos que o Brasil se encontra, deste ponto de vista, numa situação aparentemente privilegiada. Há dois candidatos com chances de vencer, e que têm um passado comprometido com as mudanças sociais. Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva não só têm esse passado como, em vários momentos, estiveram juntos na luta pela democracia e pela construção de uma nova sociedade. Isto revela o desejo por transformações efetivas por parte da maioria da população.

Mas para a tomada de decisão sobre em quem votar, creio que é preciso ir além: que não bastam os programas, nem mesmo os propósitos, os compromissos e o próprio passado dos candidatos. É necessário analisar, com base na história dos partidos

políticos e dos grupos sociais que dão sustentação às candidaturas quem constituirá, de fato, o governo de cada uma delas.

E é neste ponto que surgem diferenças significativas entre os candidatos.

De um lado temos Fernando Henrique Cardoso que começa com seus problemas no próprio PSDB, que através de algumas de suas expressivas lideranças participou do primeiro escalão do governo Collor, participação essa que só não foi maior, transformando-se em verdadeira adesão, face ao "pito" do Senador Mário Covas, com a autoridade dos seus mais de oito milhões de votos. Em consequência as lideranças efetivamente progressistas e descomprometidas do partido são contrabalançadas por setores nitidamente conservadores. A isso, soma-se todo o séquito de oportunistas, sempre governistas, que aumenta a cada dia, e que estão na expectativa de seu pequeno quinhão, na manutenção de seus privilégios. Mas estes não são os maiores problemas da candidatura de FHC. Grave é a aliança, procurada e cortejada, com setores que representam o que há de pior e mais retrógrado na nossa oligarquia, e que certamente terão expressiva participação num eventual governo do PSDB, a começar pela vice-presidência. É ingenuidade acreditar que não terão essa participação e essa presença. Em recente debate sobre a posição das candidaturas em relação à questão agrária, o representante do PSDB teve a coragem e a honestidade de reconhecer que nos Estados em que o PFL é forte, no Nordeste em particular, muito pouco se poderá fazer. (Lembre-se que se trata exatamente da região crítica do país no que se refere à questão agrária).

De outro lado temos a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que em segmentos do PT, e em outros partidos que o apoiam, também tem seus problemas. Há aqueles que imaginam ser possível transformar o país da noite para o dia, construindo uma sociedade justa, ignorando as imensas dificuldades, da mais variada natureza, que tornam o processo de mudança social uma empreitada muito mais difícil e delicada do que somos capazes de imaginar. O radicalismo ultrapassado, o rancor que nada constrói, a formação

de grupos e subgrupos, as intermináveis consultas e reuniões para a tomada de decisão, também são problemas típicos de setores que apoiam Lula. Mas não se pode negar que além do compromisso que todos têm com o processo de transformação social, predominam no seio das forças que dão sustentação ao candidato do PT, segmentos muito mais conscientes e equilibrados, e que amadureceram enormemente no exercício da administração de diversos municípios do país, inclusive grandes cidades como São Paulo, Porto Alegre, Vitória e Santos, onde a gestão de Erundina, Olivio Dutra, Vítor Buaiz e Telma, deram uma clara e competente demonstração do que é um governo comprometido com os interesses das maiorias. Aliás, é oportuno recordar que administrando 1% dos municípios brasileiros, o PT é responsável por 7 dos 15 municípios selecionados pela UNICEF, como as melhores experiências educacionais do país, e que deveriam ser seguidos não apenas no Brasil, mas também pelas nações subdesenvolvidas em geral.

**"Administrando 1% dos municípios brasileiros, o PT é responsável por 7 dos 15 municípios selecionados pela UNICEF, como as melhores experiências educacionais do país, (...)"**

Encontramo-nos, sem dúvida, num momento crucial de nossa história. Ou avançamos no sentido da construção de uma sociedade justa e solidária, onde todos tenham acesso à educação, saúde e demais componentes que asseguram não só uma vida digna, mas também a igualdade de oportunidades, ou caminharemos em direção ao aumento das desigualdades, ao 4º mundo, ou, como costuma dizer o deputado e ex-ministro Delfim Neto, em direção

à "africanização" do Brasil.

Coloca-se-nos então, a seguinte questão: qual o candidato que, não apenas pelo seu programa e seu passado, mas sobretudo pelas forças sociais que representa, está em condições de dar o passo à frente, que a sociedade tanto reclama, e para o qual, do nosso ponto de vista, a nação está madura?

Não tenho a menor dúvida de que este candidato é Luiz Inácio Lula da Silva, que já deu mostras de sua maturidade e que está preparado, inclusive, para controlar os setores mais radicais que o apoiam. Mas, sobretudo, está comprometido com o processo de mudança social e conta, para conduzi-lo, com os segmentos mais progressistas e conscientes de nossa sociedade. E que chamará para colaborar os setores avançados dos demais partidos, do PSDB em particular. Esta postura é inviável para Fernando Henrique Cardoso que, de saída, cortejou e associou-se ao que, como já dissemos, representa o que há de mais retrógrado e reacionário em nosso mundo político, com ativa participação nos governos da ditadura militar e no corrupto e irresponsável governo Collor, oferecendo-lhes, inclusive, a vice-presidência.

Estas são as razões porque voto em Luiz Inácio Lula da Silva.

PS. Estas notas já estavam prontas quando tomei conhecimento das declarações do Ministro Ricupero, que ao colocar-se como "grande eleitor" de FHC diz, entre outras coisas: "Eu não tenho escrúpulo. O que é bom a gente fatura; o que é ruim, esconde". Isto revela, de forma inequívoca, o caráter predominante em parcela significativa das forças que sustentam o candidato do PSDB e que lhe impossibilitam uma ação transformadora, exatamente o que procuramos destacar ao longo deste texto.

*Luís Carlos Guedes Pinto é Professor do IE/Unicamp*

# FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

## Educação

A diversidade trazida pelas novas tecnologias, a informatização das comunicações e serviços, os novos padrões de consumo e produção, novos estilos de vida estão a exigir, mais do que treinamento no uso de ferramentas tecnológicas específicas, maior capacidade de aquisição de conhecimento e de compreensão de idéias e valores.

A educação é, hoje, requisito tanto para o pleno exercício da cidadania como para o desempenho de atividades cotidianas, para a inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico, e elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada.

Essas exigências tornam mais evidentes as carências educacionais da população brasileira. As deficiências do ensino e suas conseqüências sócio-políticas e econômicas vêm sendo alvo de grandes discussões e denúncias ao longo de décadas, sem que essas discussões tenham resultado em uma ação efetiva para resolver os problemas apontados.

Existe no Brasil de hoje uma consciência muito mais clara da importância da educação, tanto para o exercício da cidadania como para o desenvolvimento econômico, e essa consciência pode alicerçar uma verdadeira vontade política que permita a superação das deficiências do nosso sistema de ensino.

O Brasil não será um país respeitado e sua população não desfrutará de um razoável padrão de vida enquanto o quadro de deficiência educacional não for revertido. Em todos os níveis de ensino, do básico ao superior, é preciso repensar o que está sendo feito e buscar fazer mais e melhor. A alta qualidade da educação, em todos os níveis, deve ser um objetivo central da ação governamental.

### Medidas do Governo Fernando Henrique para a Educação

#### Reforma institucional Distribuição de competências

- Promover a reforma do Ministério da Educação de maneira a reduzir suas atuais responsabilidades como instância executora, concentrando sua função na coordenação e articulação com os estados e destes com os seus municípios.

- Eliminar a sobreposição de tarefas, a multiplicidade de programas e ações, a descontinuidade das políticas educacionais e a interferência direta da União nos municípios, desconsiderando os planos estaduais.

- Formular um planejamento estratégico com metas e objetivos, que garantam o papel integrador e equalizador das diferentes instâncias.

- Atuar junto ao Congresso Nacional para que a legislação educacional possa prever mecanismos flexíveis, que permitam diferentes formas de cooperação entre a União, estados e municípios, bem como a criação de canais de participação e formação de parcerias e alianças em torno de compromissos efetivos da sociedade civil com a gestão de um ensino de qualidade.

- Estimular a participação da comunidade no esforço educacional por meio de campanhas ou da criação de órgãos colegiados em todas as esferas do sistema educacional.

#### Distribuição de recursos

- Rever os padrões de financiamento, gastos e transferências dos recursos do setor educacional, visando a ampliar a autonomia educacional e financeira

dos estados e municípios.

- Alterar a sistemática de arrecadação e repasse dos recursos provenientes do salário-educação para o ensino fundamental, de forma a agilizar sua transferência e permitir que uma parte do montante permaneça no local de arrecadação (municípios e estados). A outra parte deverá ser utilizada para corrigir as diferenças existentes nas várias regiões do país, por meio de critérios objetivos que possam ser fiscalizados pela sociedade.

 "O Brasil não será um país respeitado e sua população não desfrutará de um razoável padrão de vida enquanto o quadro de deficiência educacional não for revertido."

#### Estabelecimento de novos padrões de gestão

O governo federal atuará com os estados e municípios no sentido de redefinir as responsabilidades e competência no sistema educativo visando:

- Eliminar a burocracia desnecessária.

- Descentralizar as decisões para o nível escolar e aumentar a autonomia da escola.

- Descentralizar os recursos para o material escolar para o nível das escolas.

- Promover a participação da comunidade na direção das escolas.

- Informatizar o sistema de dados estatísticos educacionais para racionalizar a utilização dos recursos físicos e humanos.

- Estabelecer carreiras para o magistério, que contemplem a valorização profissional, melhores salários e a busca permanente de aperfeiçoamento e atualização.

- Definir uma política nacional de incorporação de novas tecnologias e de informática e comunicações no sistema de educação pública.

#### Ciência e Tecnologia

A competência científica e tecnológica de uma nação é cada vez mais decisiva para o crescimento da economia, a geração de novos empregos, o uso adequado de seus recursos naturais e o equacionamento dos problemas sociais e ambientais. As empresas modernas incorporam um componente cada vez maior de conhecimentos especializados, e a eficiência no uso desses conhecimentos é crucial para a participação do país em mercados internacionais cada vez mais competitivos. Por outro lado, a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico e aumentar a qualificação geral da população.

O sistema brasileiro de ciência e tecnologia - C&T foi bastante dilapidado nos últimos anos pela instabilidade de recursos e falta de rumos, levando à frustração de vocações, obsolescência de centros de qualidade e perda de talentos para o exterior. Muito do que foi produzido ficou entre as paredes dos laboratórios e institutos de pesquisa, sem resultados visíveis para a sociedade, e nem sempre os critérios de qualidade e relevância prevaleceram na distribuição de recursos entre as diversas atividades. É neces-

sária uma nova política para a C&T no Brasil, que envolva de forma mais decisiva o setor produtivo na geração de novas tecnologias, aproveite e estimule a competência existente, acelere a formação de novos especialistas, faça uso mais adequado dos recursos disponíveis, e tome a ciência e a tecnologia mais relevantes para o desenvolvimento econômico, social e educacional do país.

O Brasil vem dedicando, até hoje, cerca de 0,6% de seu produto bruto a investimentos em ciência e tecnologia, enquanto os países mais desenvolvidos ou em desenvolvimento acelerado, como os "tigres asiáticos", gastam de 1,5% a 3% do PIB. Mais ainda, 80% dos gastos brasileiros em ciência e tecnologia são feitos pelo setor público, enquanto nesses países a maior parte dos gastos é feita pelo setor produtivo e privado.

#### Política tecnológica

No passado, o desinteresse do setor privado pela pesquisa tecnológica se explicava pelo relativo isolamento da economia brasileira. A abertura da economia exige que esta situação se inverta. É necessário apoiar a indústria nacional para que aumente a capacidade de inovar seus processos produtivos e gerenciais, e de incorporar os conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis internacionalmente. É necessário reavaliar os grandes projetos de C&T, de custos elevados e impacto social e econômico duvidoso.

As diversas experiências de política científica e tecnológica, tanto em países desenvolvidos quanto de industrialização recente, apontam para o papel decisivo do governo, em articulação com o setor privado, na geração de uma estrutura eficiente em C&T. Em função de suas características estruturais de alto risco, o desenvolvimento da C&T requer alocação de recursos governamentais em fluxo adequado e regular para manter e ampliar estas atividades.

No Brasil, a atuação governamental no estímulo ao desenvolvimento da C&T tem-se dado de forma irregular e incompatível com as necessidades e porte econômico do país. O gasto relativamente elevado dos anos 70 reduziu-se significativamente nos anos 80, devido à crise fiscal e à mudança radical no cenário econômico e político internacional. Diante da superação da crise energética em escala internacional e, principalmente, diante da mudança na estrutura produtiva provocada pela terceira revolução industrial, os grandes projetos nacionais de desenvolvimento tecnológico definidos nos anos 70 perderam atualidade. O sistema brasileiro de C&T não foi capaz de formular um novo projeto para o setor que combinasse a necessidade de responder às novas demandas do setor produtivo com orçamentos minúsculos pela crise fiscal. O resultado foi a pulverização de recursos em projetos desarticulados e dispersos, que poucos benefícios renderam ao país nos anos recentes.

No curto prazo, é necessário promover a reorganização e modernização tecnológica do setor industrial. Se o país for capaz de definir objetivos coerentes e políticas permanentes, os resultados que se poderão obter com os mesmos recursos hoje aplicados serão muito mais expressivos do que no passado recente. Além disso, são necessárias políticas permanentes para induzir os segmentos mais dinâmicos do setor produtivo a se manterem em processo permanente de inovação e incorporação de novas tecnologias, de modo a acompanhar o ritmo do progresso técnico da economia mundial. As duas abor-

dagens requerem, como prioridade principal, a incorporação da tecnologia existente ao processo produtivo. Além disso, é fundamental que o Estado amplie seus investimentos em C&T, usando os recursos orçamentários e outras fontes como a privatização, o financiamento internacional e novas parcerias com o setor privado.

A política científica e de formação de recursos humanos deve ter por objetivo dar estabilidade e condições de bom funcionamento aos melhores centros de pesquisa, grande parte dos quais localizados em universidades; dar condições para o surgimento de novos grupos de pesquisa nas diversas regiões do país; estabelecer vínculos mais estreitos entre a comunidade científica brasileira e a comunidade científica internacional; tornar a pesquisa acadêmica e institucional mais diretamente relevante para as necessidades econômicas, sociais e ambientais do país; e assegurar a qualidade do trabalho científico realizado em todos os níveis e instituições.

A política de formação de recursos humanos de alto nível requer uma revisão aprofundada do atual sistema de pós-graduação, tomando os mestrados mais eficientes e voltados para o mercado de trabalho, reduzindo a duração e melhorando a qualidade dos doutorados e estimulando a criação de cursos intensivos e de especialização de diferentes formatos. Os programas de bolsa de estudo devem ser revistos, para garantir que os bolsistas efetivamente

concluam seus estudos em instituições de qualidade, no Brasil e no exterior, e tenham seus conhecimentos aproveitados pelas instituições do país.

#### *Medidas do Governo Fernando Henrique para Ciência e Tecnologia*

- Implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico condizente com a maior abertura e competitividade da economia e articulada às estratégias de desenvolvimento do setor industrial, de serviços e de infra-estrutura, e harmonizada à política educacional do país.

- Estabelecer uma política de parcerias entre o governo federal, os governos estaduais (especialmente as fundações estaduais de amparo à pesquisa) e o setor produtivo público e privado, no apoio a programas específicos de pesquisa básica e tecnológica e projetos de formação de recursos humanos.

- Ampliar as fontes de financiamento para a aplicação na geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em especial com recursos provenientes da privatização, da capacitação de recursos externos e do setor privado.

- Criar mecanismos que estimulem e facilitem o desenvolvimento de projetos de cooperação científica e tecnológica entre universidades, institutos governamentais e o setor privado.

- Fortalecer a presença e participação brasileira

no sistema científico internacional, mediante programas de intercâmbio e cooperação internacional e aprimoramento dos programas de bolsa de estudo no exterior e de professores visitantes.

- Investir na integração brasileira às redes eletrônicas internacionais de comunicação e intercâmbio científico, facilitando o acesso a bancos de dados internacionais e o acompanhamento de projetos cooperativos em tempo real.

- Institucionalizar uma rede nacional de laboratórios e centros de pesquisa de alto nível, credenciados pelo CNPq por procedimentos competitivos, e que tenham recursos assegurados para fixar, consolidar e reproduzir a competência científica do país.

- Manter programas especiais de apoio à melhoria da capacidade de inovação tecnológica da indústria, estimulando consórcios para o desenvolvimento de tecnologias pré-competitivas e criando mecanismos de apoio a projetos de capacitação industrial.

- Apoiar a tecnologia competitiva através de incentivos, financiamentos, participação no capital de risco, fundos de risco compartilhado, fundos de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos especializados, e financiamentos especiais para a construção e implantação de centros empresariais de pesquisa e desenvolvimento.

## MÁRIO COVAS

### *Universidade, Participação e Autonomia*

*As universidades paulistas não ficaram imunes ao padrão de crise que afeta todo o país. E, no caso delas, essa crise é agravada pelos anos de descaso com o saber, os desmandos administrativos e a corrupção no governo do Estado. Dessa forma, antes de mais nada, nossa política em relação às universidades enquadra-se nas diretrizes estabelecidas para todos os setores da administração, que prevêem a realização de três revoluções: a revolução moral das práticas de governo, a revolução administrativa e a revolução da qualidade e produtividade dos serviços públicos.*

**"O que é fundamental é o estabelecimento de prioridades corretas, seja em relação ao tamanho do quadro de professores, seja em relação aos equipamentos e verbas."**

*A revolução moral implica no estabelecimento de um conceito amplo de lisura no trato da coisa pública, envolvendo, além do combate à corrupção mais aparente, o fim dos desvios de verbas destinadas à educação para outras atividades, por exemplo. A revolução administrativa supõe a incorporação dos métodos modernos de gestão e administração no setor público. O terceiro compromisso, a revolução de Qualidade e Produtividade, implica basicamente na informatização de todos os serviços e na valorização do funcionalismo, para tornar a máquina do Estado eficiente na arrecadação dos tributos e, sobretudo, capacitada a prestar ao cidadão que paga esses tributos um*

*serviço rápido, eficiente, atencioso.*

*No caso das universidades, esses esforços serão dirigidos para a abertura de mais vagas, ampliação dos cursos noturnos e a melhoria dos serviços prestados à comunidade, além da adequação dos currículos. Outra questão fundamental, é a do engajamento da universidade pública na busca de soluções para problemas cruciais, como o da moradia. Temos, no Estado, uma massa crítica da melhor qualidade, que pode e está se engajando na discussão de novas metodologias e processos de produção, por exemplo, na área habitacional. Tudo isso, no entanto, levando em conta uma questão fundamental, que é a autonomia da universidade. Trata-se de conceito que deve ser defendido e aperfeiçoado.*

*Dentro desse contexto insere-se a questão das verbas para as universidades. No caso do Estado os recursos alocados aproximam-se dos níveis do Primeiro Mundo. Mas é natural que, para manter os padrões de excelência, sejam necessários mais recursos. O que é fundamental é o estabelecimento de prioridades corretas, seja em relação ao tamanho do quadro de professores, seja em relação aos equipamentos e verbas. A autonomia universitária se afirma também no exercício dessas prioridades. Ao governo, cabe examinar a alocação de recursos, quando disponíveis. Uma de minhas preocupações, por exemplo, é a recuperação dos institutos de pesquisa, de forma que eles voltem a desempenhar o papel que tiveram no passado para o desenvolvimento de São Paulo.*

*Qualquer tema que diga respeito à universidade deve ser amplamente debatido, de forma transparente e democrática. Seja ele referente a verbas, a prioridades ou a pessoal. As universidades têm o direito e o dever de exercer sua autonomia e é dentro desse princípio que se dará a relação universidade governo.*

*Mário Covas é candidato ao governo do Estado de São Paulo pela coligação PSDB/PFL "Compromisso com São Paulo".*

**"É fundamental que o Estado amplie seus investimentos em C&T, usando os recursos orçamentários e outras fontes como a privatização, o financiamento internacional e novas parcerias com o setor privado."**

- Fortalecer as instituições voltadas para a difusão, incorporação e certificação de padrões de qualidade no sistema produtivo.

- Dar condições para a proteção da propriedade intelectual e para a difusão e comercialização de novas tecnologias, através de legislação adequada.

- Melhorar a eficiência e qualidade de desempenho das agências governamentais de ciência e tecnologia, pelo uso intensivo da informatização, simplificação dos procedimentos burocráticos e recurso sistemático aos mecanismos de avaliação por cientistas da área.

- Dotar os institutos e centros de pesquisa governamentais, universitários ou não, de estruturas organizacionais compatíveis com suas funções, baseadas no estímulo à competência, na flexibilidade de contratação e promoção por critérios de mérito, em procedimentos de avaliação por pares, e autonomia gerencial e administrativa baseada em produtos e resultados bem identificados.

- Estimular o envolvimento dos centros de pesquisa em programas de desenvolvimento de materiais pedagógicos e formação de professores para o ensino técnico e médio na preparação de livros didáticos, programas computadorizados de treinamento, materiais para o ensino técnico e experimental, e envolvimento direto com o ensino de graduação.

Nota: O texto original enviado extrapolou o número de laudas solicitado. A Diretoria de Imprensa decidiu, então, publicar apenas os trechos em conformidade com o que foi solicitado a cada candidatura.

*Fernando Henrique Cardoso é candidato à Presidência da República pela Coligação PSDB/PFL/PTB "União, Trabalho e Progresso".*

# LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

## Programa de Ciência e Tecnologia

A preocupação que levou o PT à formulação deste projeto "especial" vem da constatação dos seguintes fatos:

O primeiro é o papel importante da C&T para o desenvolvimento econômico e social. Num movimento que se acelerou a partir da Segunda Guerra Mundial, todos os países avançados e alguns do Terceiro Mundo têm implementado ações nesta direção. Estas vão desde a formação de cientistas de alto nível nas universidades, passando pela transferência de tecnologias utilizadas em outros países, até a proteção ao investimento nacional ligado ao uso e produção de novas tecnologias.

Já que C&T tem tal importância no mundo contemporâneo, a nossa política educacional tem que colocá-la na cultura de nosso cidadão. Isto é importante tanto para que se busque a qualificação dos quadros formados pelo sistema educacional nos seus diversos níveis, bem como para que as decisões sobre C&T tenham a participação consciente e o apoio dos cidadãos. Como enfrentar os problemas ambientais que vivemos hoje, por exemplo, sem esta participação?

O governo coordenará a sua atuação para que, de forma participativa, junto com a dos demais atores sociais possa induzir, por suas políticas de investimento, a utilização das potencialidades do conhecimento científico e tecnológico no sentido de caminhar na direção de um desenvolvimento auto-sustentado.

O segundo fato é a constatação de que processos de rápida mudança política e social, enfrentam obstáculos e interesses econômicos importantes e tendem a ter a sua efetivação dificultada pelos requisitos materiais. Lograr que os setores econômicos, pressionados pela demanda acrescentada pelo ingresso no mercado das camadas de renda mais baixa, produzam bens e serviços em quantidades adequadas e com eficiência, é um objetivo de primeira grandeza da nossa política governamental e deve ser um dos pólos que estimularão novos problemas para C&T.

Por enquanto, é reduzida a participação nacional nas motivações para a inovação tecnológica ou para a pesquisa científica. Empresas transnacionais trazem a sua tecnologia, empresas nacionais adquirem-na no exterior, os pesquisadores nacionais produzem a partir de problemas gerados no debate internacional de C&T. A nossa produção tecnológica tradicionalmente esteve ligada a problemas para os quais não havia a solução no exterior. Citamos alguns exemplos como o nascimento da Fundação Oswaldo Cruz e o combate da epidemia de febre amarela, o IPT e os problemas decorrentes da urbanização das cidades e da construção das hidroelétricas, o Instituto Agrônomo e o desenvolvimento de novas espécies de café e a diversificação da agricultura paulista, mostram, de um lado, a nossa capacidade de criar e por outro a falta de continuidade de nossa política de C&T. Esta falta de continuidade em C&T está ligada à forma como ocorreu a nossa industrialização. Também pode ser vista como resultado de uma consistente política das nossas elites de não privilegiar investimentos em educação, ciência, tecnologia, meio ambiente.

### Por que precisamos de uma política de inovação para a C&T?

Porque nenhum país produz toda a C&T que necessita. A nossa proposta considera que há uma dinâmica mundial que se apoia na importação de

tecnologia no atual contexto do movimento de globalização da economia mundial. Porém, para se integrar a esta dinâmica de forma soberana e autônoma, é necessário estabelecer duas políticas complementares em C&T:

I) Alterar de forma qualitativa a maneira como a tecnologia externa é absorvida. A atual revolução científico-tecnológica impõe uma nova maneira de lidar com esta questão: não se trata apenas de transferir tecnologia como se esta fosse um "pacote", mas de compreender que está em curso um processo social amplo de difusão de um novo paradigma tecno-econômico que está alterando o próprio mundo do trabalho e os requisitos da qualificação.

II) Utilizar a demanda, que será criada pelas necessidades de um mercado interno ampliado, como geradora de problemas para as pesquisas básicas, aplicadas e de desenvolvimento.

Um dos aspectos mais notáveis da fase que estamos vivendo é o surgimento de um conjunto de inovações centrado na informática (mas que compreende a biotecnologia e os novos materiais, entre outras) que potencializa o processo de acumulação de recursos em escala mundial e cujas conseqüências sócio-culturais são difíceis de prever. Porém, o que se observa, é que tem-se alterado a vida das pessoas no seu trabalho, no lazer, na sua convivência social, na produção de conhecimento e de cultura. Estas novas tecnologias tendem a criar um novo padrão tecnológico que possui um potencial de conformação de uma nova base técnico-econômica e de novas formas de organização sócio-institucional tão significativas que tem merecido a denominação de "novo paradigma tecno-econômico".

Apesar das especificidades da evolução de cada país, é evidente em quase todos eles uma adaptação às novas tendências tecnológicas e econômicas junto com um reforço do processo de globalização da economia mundial. Este processo, como o de multinacionalização que o precedeu, é impulsionado pela acumulação de recursos agora potencializada por um intenso ritmo de inovação. Seu resultado já observável é uma organização da produção, da comercialização e do consumo em bases mundiais e uma radical diminuição da importância das fronteiras nacionais.

O novo conhecimento tecno-científico está se materializando em aplicações tecnológicas que colocam seriamente em xeque o padrão de inserção na economia internacional até agora reservado aos países do Terceiro Mundo. Estas aplicações tecnológicas elevam brutalmente a produtividade do trabalho, tendem a independizar crescentemente a atividade produtiva de seus elementos "naturais" (matérias-primas e mão-de-obra), e a aumentar o conteúdo científico e tecnológico no valor das mercadorias produzidas. Em conseqüência, instaura-se uma nova divisão internacional do trabalho que tende a anular vantagens comparativas de comércio, a modificar padrões de localização industrial e fluxos de investimento, tornar irrelevante o "baixo preço da mão-de-obra" e a maior disponibilidade de matérias primas dos países do Terceiro Mundo, e a agravar problemas internos destes países, como o do desemprego estrutural. Como o Brasil está se preparando para todas estas mudanças?

### Uma política de C&T

A Ciência sempre foi uma atividade mundial, nós podemos nos beneficiar de todo conhecimento já produzido desde que exista pessoal qualificado no país. Por outro lado, a Tecnologia, por suas potencialidades na produção, é um conhecimento protegido

por segredos ou por patentes e portanto de acesso mais difícil e que exige investimentos comparativamente maiores. Por esta razão, exigem políticas distintas.

Nosso horizonte em ciência é caminhar na busca da obtenção de capacitação num espectro de abertura semelhante ao dos países centrais. Esta é a condição para que se possa acompanhar, participar e utilizar criativamente o conhecimento científico e tecnológico. É a criação da capacidade em ciência básica, aliada à monitoração das tendências mundiais do conhecimento científico e tecnológico, que permitirá, no decorrer de um processo de transformação que compreenda o aumento do nível de satisfação das necessidades da maioria, o seu direcionamento para aplicações tecnológicas mais relacionadas às demandas dos outros setores produtivos. É necessário se fazer ciência até para saber escolher entre diversas alternativas tecnológicas.

Na área da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, as opções serão voltadas para a solução de problemas específicos, tendo também em vista uma política de emprego. Experiências como as já realizadas no Brasil, nos campos de produção de álcool, extração de petróleo em águas profundas, demonstram a viabilidade desta alternativa. Nestes casos, houve contribuição brasileira para o desenvolvimento tecnológico mundial. Áreas como a exploração de recursos marinhos ou dos recursos biomassa e genéticos parecem especialmente atrativas. Outro exemplo é a área de desenvolvimento de software que possui um enorme potencial, podem ser incentivadas tanto através de microempresas até em parceria com empresas transnacionais gerando assim novos empregos. Como a tecnologia é feita por pessoas, não esqueçamos o elo com a política de formação de recursos humanos, uma das condições para o florescimento de todas estas atividades.

### Propostas

Políticas de C&T possuem um longo tempo de maturação, muito além de um mandato presidencial, e exigem estabilidade e clareza de objetivos na sua condução. Cabe ao governo ser o primeiro a demonstrar o seu compromisso com essa proposta de rearticulação do setor de C&T. Consideramos que ela deva se iniciar pelo próprio Estado, o governo tem que saber articular os órgãos de fomento com os produtores de ciência.

**"Na área da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, as opções serão voltadas para a solução de problemas específicos, tendo também em vista uma política de emprego."**

Uma das primeiras medidas na área de C&T será a implantação do Conselho de Ciência e Tecnologia. Existem atividades de C&T nos Ministérios da Educação, Saúde, Agricultura, Telecomunicações, Infra-estrutura, Indústria e Comércio e nas Forças Armadas além do próprio Ministério de Ciência e Tecnologia. Esta implementação responde a uma necessidade de coordenar a política dos diversos órgãos do governo federal mas principalmente tem o papel

de criar um local privilegiado de participação da sociedade civil para propor, articular e acompanhar as políticas do setor, e discutir a proposta orçamentária. Hoje 20% dos recursos de P&D estão no Ministério da Agricultura, 12,9% na Educação e 12,3% na Aeronáutica. Em contrapartida o Ministério da Saúde dispõe de apenas 4%; será que não precisamos de pesquisa em Saúde? Na sua composição terão assento os ministérios com ações em C&T juntos com membros da sociedade civil representados através das sociedades científicas, sindicatos e associações empresariais. Caberá ao Ministério de Ciência e Tecnologia o papel coordenador da ação governamental.

Cada agência de fomento terá sua competência claramente definida:

A CAPES, como uma agência de fomento voltada para as universidades na área de formação de pessoal, terá como metas: consolidar o sistema de pós-graduação, incluindo especialização, mestrado e doutorado, com atenção a estímulos para programas interdisciplinares e de desenvolvimento regional; expandir a avaliação do sistema aos cursos de especialização; fomentar a cooperação internacional e consolidar os programas de cooperação tripartite (Norte-Sul-Sul).

O CNPq define-se como agência de financiamento à pesquisa e à formação e requalificação de pessoal de C&T nas universidades, institutos de pesquisa e nas empresas. Hoje o CNPq tem a sua atuação limitada a pagamento de bolsas aos pesquisadores. É incompatível formar pesquisadores e não lhes fornecer condições para desenvolver pesquisa. Por isto, torna-se imperativo garantir a regularidade ao fomento, incluindo auxílio à pesquisa, projetos integridos, bolsas e eventos; incluir a avaliação da pesquisa, através do Diretório dos Grupos de Pesquisa, programas para grupos emergentes e consolidação da iniciação científica.

A Finep, como agência para o desenvolvimento e adaptação da tecnologia, visa dinamizar os programas de financiamento à pesquisa aplicada e de interação dos Institutos de Pesquisa e Universidades com Empresas Públicas e Privadas, com Administrações Públicas e Organizações Não-Governamentais; garantir a contrapartida do governo ao Padct ampliando estes programas, inclusive para as áreas de Ciências Humanas; garantir os recursos para o FNDCT; implantar a avaliação e acompanhamento de projetos combinando avaliação interna com externa.

Seguindo o exemplo da Fapesp, o Brasil dispõe hoje de um conjunto de Fundações de Amparo à Pesquisa, a maioria delas criadas com a nova Constituição. É nosso objetivo potencializar os investimentos do governo federal através da cooperação entre os seus órgãos de fomento e as FAPs estaduais incentivando através de parcerias programas de interesse comum e assim ampliando os recursos investidos pelos governos estaduais em programas de C&T. A questão do desenvolvimento regional em C&T deve ser parcialmente equacionada através desta parceria. Deve ser incentivada tanto a pesquisa básica quanto a pesquisa aplicada, especialmente no caso de projetos multi-institucionais e interdisciplinares.

A Universidade desempenha um papel muito importante dentro da sociedade, enquanto centro de produção cultural e de reflexão crítica. Espaço da dúvida, da investigação e do debate, cultiva a criação, a difusão de conhecimentos e a transmissão intergeracional. A ampliação e democratização de seu raio de atuação são alvo de política específica do PT (ver Programa: Ensino Superior). Além disto, do ponto de vista do conhecimento científico e tecnológico, desempenha um papel fundamental: a formação de pessoal qualificado e a criação de pesquisa original, tanto básica quanto aplicada. É neste espaço que deverá ser gestado o novo profissional, preparado para enfrentar as profundas mudanças que o mundo

## JOSÉ DIRCEU

### Ensino Superior

*O Sistema Estadual Paulista de Ensino Superior representa significativo patrimônio público, e representa o melhor sistema de ensino superior do Brasil. Entretanto tem enfrentado problemas sérios no que diz respeito ao seu financiamento e ao papel social que desempenha. Por um lado, os níveis atuais de financiamento, correspondentes a 9% da parcela do ICMS para as três universidades (9,57% para o próximo ano) têm se mostrado incapazes de reverter a situação de perda salarial dos docentes e funcionários, bem como de garantir investimentos e, equipamentos, que têm sofrido acentuado processo de deterioração. Por outro, o sistema universitário paulista se ressent, ainda que de forma diferenciada, de um maior envolvimento com um projeto de desenvolvimento do estado e de um maior relacionamento com as demandas sociais.*

**"O Sistema Estadual Paulista de Ensino Superior representa significativo patrimônio público (...)"**

do trabalho assiste neste final de século.

O Brasil tem conseguido resultados apreciáveis no seu desempenho científico melhorando, nos últimos trinta anos, a sua participação na produção científica mundial, contrariamente ao que aconteceu com todos os demais países latino-americanos, apesar de em termos absolutos a nossa contribuição ser ainda diminuta. Isto ocorreu no bojo de política de investimento oscilante neste mesmo período. Apesar das dificuldades, hoje está estabelecida no país uma rede de universidades públicas, uma das bases importantes para o desenvolvimento da produção científica. O sistema como um todo é muito heterogêneo, como se pode perceber pela atuação em pesquisa de cada universidade. O PT considera que a pesquisa é uma atividade formadora e portanto tem um compromisso de disseminá-la em todo o sistema universitário. Tendo em vista a complexidade regional, a política de pesquisa e formação de recursos humanos deverá ser especializada. Entre outros, temos exemplos de instituições de pesquisa básica com elevados padrões de excelência em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, mostrando que é possível compatibilizar a especialização com a manutenção da qualidade.

O PT pretende implementar uma reforma administrativa que garanta e amplie a autonomia universitária dentro do sistema federal. Está, além de ser condição indispensável para atingir os objetivos da própria universidade, permitirá ao mesmo tempo, melhorar a eficiência da mesma. A progressiva redução de recursos para o financiamento da Universidade nos últimos anos tem levado praticamente a um sucateamento da mesma. É preciso corrigir este quadro. Uma política de reequipamento da sua estrutura de ensino de graduação deve ser priorizada. Já o reequipamento voltado para as atividades de pesquisa contará com a ação dos órgãos de fomento. A qualificação docente será estimulada pelo programa PICD que deve ser mantido, avaliado e ampliado.

Visando a formação do novo profissional, pretendemos implementar um agressivo programa de iniciação científica em todo o país. Desejamos atrair

*Pretendemos aprofundar o relacionamento das Universidades com o Estado notadamente no que diz respeito ao seu envolvimento no projeto de desenvolvimento econômico e social, articulando projetos de pesquisa que estejam dentro das prioridades de um novo modelo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que deve preservar seu caráter universitário, de abordagem do conjunto do conhecimento humano. Outro aspecto em que a contribuição das universidades é fundamental é no que diz respeito à formação, atualização e aperfeiçoamento dos professores da rede pública de ensino. Na área educacional uma outra contribuição possível das universidades é sua colaboração na elaboração, implementação e avaliação de iniciativas na área do ensino de 1º e 2º graus.*

*Quanto ao financiamento destas propostas, pretendemos ampliar significativamente os investimentos do Estado em Educação. Ampliaremos os gastos estaduais, criando as condições para realizar investimentos da ordem de 45%, distribuídos em 34% para o ensino de 1º e 2º graus (praticamente o dobro do que se gasta atualmente) e ampliar de 9% para 11% os investimentos no ensino superior, contabilizados em valores reais e não nominais como acontece hoje.*

*José Dirceu é candidato ao governo do Estado de S. Paulo pela Coligação PT/PC do B / PCB / PPS/PSTU/PSB/PMN "Frente Brasil Popular".*

os jovens talentosos para a carreira científica criando um prêmio "O Cientista do Futuro" concedido ao melhor aluno formado anualmente em cada curso de graduação do sistema federal que consistirá numa bolsa especial para pós-graduação.

Os Institutos de Pesquisa são vocacionalmente orientados para a difusão da pesquisa em ciência e tecnologia para o conjunto da sociedade. O debate hoje de interação Universidade-Sector Produtivo tem esquecido estes Institutos que são locais privilegiados para o desenvolvimento e testes de novos produtos. É fundamental estabelecer programas que estimulem a cooperação entre os Institutos de Pesquisa, as Universidades, as empresas e o setor público de pesquisa e desenvolvimento. Os Institutos contarão com um programa de reestruturação e expansão em recursos humanos e materiais com ênfase para o desenvolvimento tecnológico.

Estima-se hoje em cerca de 8% do total, a participação das Empresas privadas nos gastos em pesquisa e desenvolvimento. Este é reconhecidamente maior nas empresas públicas do que nas privadas. Em 1992, o investimento conjunto em quatro dos principais centros de pesquisas das empresas estatais (Cenpes / Petrobrás, CNPqD / Telebrás, Cepel/Eletróbrás E Cia Vale do Rio Doce) chegou a 200 milhões de dólares. Um esforço deve ser feito para aumentar este percentual, seja estimulando a parceria com os Institutos de Pesquisa e Universidades, seja incentivando o avanço tecnológico promovido nos laboratórios das próprias empresas.

- Participação nas decisões. Continuidade no investimento à pesquisa científica e tecnológica. / - Transparência: Estímulo à qualidade científica através do financiamento de projetos acompanhados e avaliação pelos pares. / - Autonomia: Reforma administrativa visando a desburocratização e eficiência do sistema.

*Luiz Inácio Lula da Silva é candidato à Presidência da República pela Coligação PT/PCdoB/PV/PSTU/PSB/PCB/PPS "Frente Brasil Popular".*

## LEONEL BRIZOLA

*Educar para a cidadania*

Para o PDT (Partido Democrático Trabalhista) a Educação é a reforma de base mais importante para o desenvolvimento de uma nova sociedade. Ela é essencial para a construção de uma Nação igualitária e justa e para a integração do Brasil no mundo contemporâneo em condições de garantir a soberania do país. Por isso, no nosso governo, a prioridade das prioridades será garantir o acesso de todas as crianças à educação básica, do pré-escolar ao segundo grau, em um curto prazo. De imediato, iremos assegurar uma escolaridade mínima de cinco anos nas primeiras séries do primeiro grau a todas as crianças, eliminando a repetência que é o principal fator de estigmatização e de marginalização dos filhos das famílias pobres.

❖ "Criar no Brasil a escola que o mundo desenvolvido oferece a todas as suas crianças deixou de ser um sonho para se tornar a obrigação dos governos e a esperança do povo brasileiro."

O quadro dramático das crianças e adolescentes na rua, vítimas de violência social e física só terá solução com a escola de horário integral. Esta é a escola necessária para as crianças de famílias pobres das grandes áreas metropolitanas. No governo, faremos essa discriminação positiva, no sentido de dar prioridade a estas camadas da população que vêm sofrendo os mais perversos efeitos da recessão.

Criar no Brasil a escola que o mundo desenvolvido oferece a todas as suas crianças deixou de ser um sonho para se tornar a obrigação dos governos e a esperança do povo brasileiro. E o nosso compromisso construiremos dez mil Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), em todo o país, matriculando 10 milhões de crianças, para oferecer solução real ao problema do abandono da nossa infância. Isso porque nos CIEPs, além das aulas normais, há o acompanhamento dos estudos pelos professores, suprimindo as carências do ambiente familiar, da mãe que trabalha o dia todo, do pai ausente ou desconhecido. Na escola de horário integral há práticas higiênicas formativas, como o banho diário, a escovação de dentes, o atendimento médico e odontológico preventivo e curativo, a integração de atividades culturais e de saúde nas atividades de ensino. E propicia-se material didático que favoreça o desenvolvimento intelectual nas mesmas condições das crianças das classes sociais mais favorecidas. Garante-se a alimentação diária, inclusive no período de férias escolares. Desenvolvem-se, também, a familiarização com computadores. Há programas diários de recreação adequados a cada idade através de vídeos e de atividades culturais. Há prática de educação física como uma forma de expressão através do corpo, e, também, como estímulo a práticas desportivas. Aliás, os ginásios públicos já são um êxito no Rio de Janeiro, dando formação geral, humanística, técnica, seguida da profissionalização opcional.

O regime escolar dos CIEPs se dá em progressão contínua, assegurando ao aluno o acesso anual a

série seguinte. Esta reformulação, supera as carências do aprendizado, em lugar de "punir" a criança com a reprovação e levá-la, finalmente, ao abandono da escola. Essa meta, porém, só será atingida efetivamente se for acompanhada pela mudança das concepções arraigadas que há décadas embasam a formação dos nossos professores.

À noite, os CIEPs que atendem ao ciclo básico funcionam com o projeto de educação juvenil, estruturado para recuperar o jovem de 14 a 22 anos ainda analfabeto, marginalizado, num meio social em que o domínio do código letrado é indispensável. Já nos ginásios públicos, à noite, pretende-se oferecer cursos que vêm ao encontro da necessidade de oferecer àqueles que desejam investir em si próprios, a oportunidade de concluir seus estudos de nível médio.

Mas nenhuma mudança no sistema educativo será efetiva se não cuidarmos, simultaneamente, da valorização e qualificação dos professores e dos outros profissionais do ensino. Estimularemos o professor de tempo integral - 40 horas - acabando gradativamente com as cargas horárias parciais. Sobre tudo, é fundamental a remuneração salarial justa do professor, o que o auxiliará a retomar na sociedade o lugar de proeminência que lhe cabe. E os proventos do professor aposentado têm que acompanhar os daqueles que ainda trabalham. Quanto ao ingresso na carreira, reafirmamos o concurso público de provas e títulos como a forma mais conveniente e justa.

No nosso governo vamos promover a reestruturação das escolas de formação do magistério, ao mesmo tempo em que se executam programas destinados a capacitar e atualizar os professores em conteúdo, conhecimentos e práticas pedagógicas, que respeitem as vivências e a cultura dos alunos e de sua comunidade. O que pretendemos é formar um corpo de professores com elevado grau de profissionalismo, capaz de comprometer-se com a boa qualidade do ensino, com o envolvimento da comunidade e de trabalhar com todos os outros elementos da escola em constante interação. Vamos, também, promover planos de carreira que possam incentivar o professor ao estudo constante e à atualização continuada.

❖ "No nosso governo, vamos investir em educação mais do que os 18% que estão previstos no orçamento da União e os 25% atribuídos a Estados e Municípios."

A nossa proposta pedagógica exige de elevados investimentos. No nosso governo, vamos investir em educação mais do que os 18% que estão previstos no orçamento da União e os 25% atribuídos a Estados e Municípios. A última vez que o governo da União investiu pesadamente em educação foi no governo do Presidente João Goulart. Desde 1964, a educação deixou de ser uma prioridade dos governos federais. Mas para nós, trabalhistas, a educação é o caminho mais direto para a elevação do ser humano. Por isso, no nosso governo no Rio de Janeiro investimos 47% do orçamento em educação. A história nos gabarita, portanto, para afirmar que, se o povo brasileiro nos honrar com o seu voto, investiremos em educação

muito mais do que está previsto na Constituição.

Em relação ao ensino superior, o PDT é contrário à privatização das universidades públicas e contrário à transferência das universidades e instituições de ensino superior federais para os Estados. Como produtora do conhecimento, a Universidade deve trabalhar nas áreas de fronteira da pesquisa, desenvolvendo a ciência e suas aplicações tecnológicas. É o que está acontecendo na Universidade Estadual do Norte Fluminense, UENF, fundada durante a nossa administração no Rio de Janeiro, com um investimento de US\$ 31 milhões. Idealizada pelo nosso companheiro, Senador Darcy Ribeiro, que será o Ministro de Educação no nosso governo, a UENF foi a única Universidade pública criada no Brasil nas últimas décadas. Ela está orientada para a ciência do terceiro milênio (Biotecnologia, Engenharia Genética, Engenharia de Petróleo, etc). Universidades e outras instituições que produzem conhecimento devem interagir e se integrar para a construção de um novo paradigma cultural e tecnológico de nossa sociedade.

*Ciência e Tecnologia à serviço do desenvolvimento*

A tecnologia não se vende, não se empresta, não se dá. Temos de conseguí-la, nós mesmos, como e onde pudermos. Sendo a tecnologia a aplicação do conhecimento e estando este, ao contrário daquela, disponível em todo o mundo, uma tarefa, se impõe: reunir universidade, institutos de pesquisa e empresa privada com a finalidade de alcançar um patamar mais elevado neste domínio.

❖ "Em relação ao ensino superior, o PDT é contrário à privatização das universidades públicas e contrário à transferência das universidades e instituições de ensino superior federais para os Estados."

É necessário resolver problemas de ordem estrutural para desenvolver a capacidade nacional de produção da ciência e tecnologia, pois a revolução industrial não alcançou, no Brasil, a plenitude das transformações tecnológicas. O aprimoramento das estruturas de pesquisa e de geração de novas tecnologias e a maior inserção do país no circuito de difusão de informações tecnológicas é imprescindível para a ampliação da capacidade tecnológica nacional.

O Brasil necessita de um projeto estratégico, que pela sua vez, depende da sua capacidade tecnológica. Nunca é demais afirmar que os objetivos nacionais serão inatingíveis sem a participação do povo e que as atividades tecnológicas exigem decisões políticas, inversões de longa maturação e complexas estruturas de produção que, no caso brasileiro só podem ser encontradas nas empresas estatais estratégicas. Não é por acaso que os mais efetivos

centros tecnológicos existentes no país estão localizados em empresas como a Petrobrás, a Embratel, a Eletrobrás, a Embraer, a Vale do Rio Doce ou nas universidades e institutos que realizam pesquisas em conjunção com estas empresas.

Estamos ingressando num novo ciclo de dominação, que subtrai a soberania de nações pretensamente independentes, através da dominação tecnológica. Graças à capacidade de sua mão-de-obra educada e de sua indústria os países do Norte estão impondo regras econômicas que promovem nova divisão internacional do trabalho a nível internacional.

**"É necessário resolver problemas de ordem estrutural para desenvolver a capacidade nacional de produção da ciência e tecnologia, pois a revolução industrial não alcançou, no Brasil, a plenitude das transformações tecnológicas."**

Os países subdesenvolvidos enfrentam o seguinte dilema: embora ricos em recursos naturais estratégicos, caso mantenham seus modelos dependentes, ficarão sempre submetidos às diretrizes que lhes são impostas pelos pacotes tecnológicos externos. Quando algum deles consegue contornar essas dificuldades e constrói uma estrutura de realizações tecnológicas próprias - como aconteceu com o Brasil que criou uma estrutura de poder no campo tecnológico industrial - os instrumentos do poder hegemônico a desmonta e destrói, geralmente com a convivência de prepostos nativos. Atualmente estamos vivendo um exemplo: os países industrializados exercem sistematicamente pressões sobre o governo brasileiro para arrancar-lhe um tratado de patentes que beneficie os seus próprios interesses. O setor farmacêutico mundial depende cada vez mais da riqueza da biodiversidade do nosso território, das nossas florestas e especialmente da Floresta Amazônica.

Também não podemos regredir à condição da economia neo-primária exportadora, como está acontecendo com alguns países latino-americanos que adotaram um receituário neoliberal que, no caso, poderíamos sem malícia confundir com um receituário neolítico. O Brasil, ao contrário, para absorver criativamente e de forma sistêmica e integrada os avanços tecnológicos nas áreas de microeletrônica, das telecomunicações, da informática, da biotecnologia e novos materiais, depende da atuação direta ou indireta do setor público, ou seja, de um Estado que tenha permanecido inteiro e de pé.

**"Estamos ingressando num novo ciclo de dominação, que subtrai a soberania de nações pretensamente independentes, através da dominação tecnológica."**

O país tem ainda 40 vezes menos cientistas do que necessitaria para suprir suas necessidades. Ao

todo, estima-se que o Brasil gasta 0,6% de seu PIB em atividades científicas e tecnológicas, enquanto os países avançados gastam entre 2 e 3% e de PIBs muito maiores! No setor produtivo, estimativas existentes indicam perdas na produção de até 40% do produto industrial, devido a níveis de qualidade abaixo dos padrões internacionais normais.

**"Estima-se que o Brasil gasta 0,6% de seu PIB em atividades científicas e tecnológicas, enquanto os países avançados gastam entre 2 e 3% e de PIBs muito maiores!"**

Por isso mesmo, a educação básica para todos, compromisso prioritário do PDT, associada aos investimentos do Estado em Ciência e Tecnologia, constitui o caminho mais eficaz de acesso, absorção e produção do conhecimento adequado às grandes necessidades do país. Escolher este caminho é um ato de soberania.

No nosso governo, a bandeira que vamos elevar mais alto, ao lado da defesa do patrimônio público contra as negociatas privatizantes, é a da soberania através da capacitação científica e tecnológica do país e da formação educacional do povo brasileiro.

(\*) Este é o resumo da proposta do candidato para a Educação, Ciência e Tecnologia.

**Leonel Brizola é candidato à Presidência da República pelo PDT.**

## FRANCISCO ROSSI

*Em relação às Universidades de São Paulo, entendo que, o Estado, no momento em que abre mão do ICMS, como no caso da fabricação de veículos populares, está abrindo mão, também, de recursos para as universidades.*

**"No momento em que o Estado deixa de arrecadar o ICMS correspondente aos carros populares, está abrindo mão de investimentos na área educacional e de pesquisas, já que mais da metade das pesquisas realizadas no Brasil são desenvolvidas dentro das universidades paulistas."**

*As três universidades paulistas são mantidas pela arrecadação do ICMS na base de 9 a 9,5% do total da arrecadação. Então, fica evidente que, no momento em que o Estado deixa de arrecadar o ICMS correspondente aos carros populares, está abrindo mão de investimentos na área educacional e de pesquisas, já que mais da metade das pesqui-*

*zas realizadas no Brasil são desenvolvidas dentro das universidades paulistas. Portanto, o Estado deveria criar um mecanismo de compensação para suprir essa deficiência em nível de investimento.*

*A arrecadação do ICMS tem caído muito, causando graves prejuízos para as universidades paulistas e, até agora, ninguém pensou na forma de compensar essa defasagem que vem se verificando nos últimos anos.*

*As universidades paulistas me preocupam, porque são responsáveis pela educação, e nenhum povo pode ser verdadeiramente livre e emancipado, senão se pensar seriamente num investimento maciço e sério na área educacional.*

*Não quero me alongar em detalhes acerca deste assunto, porque as medidas que irei tomar em todas as áreas do Governo do Estado serão resultado de uma medida maior e mais profunda que adotarei no início do meu governo, e que consistirá em resolver a questão ética e moral na máquina do Estado, a qual, vem gerando pelo seu gigantismo, outros vícios e deficiências, sendo os mais graves: a corrupção, a falta de controle, o desperdício, obras super-faturadas e desvios de verbas de toda sorte.*

*Primeiro, terei que tomar posse e verificar qual é a situação para depois determinar as medidas cabíveis, e que serão drásticas, no caso de constatar irregularidades.*

**Francisco Rossi é candidato ao governo do Estado de São Paulo pela Coligação PDT/PV.**

# ORESTES QUÉRCIA

## Democratização do ensino e autonomia universitária

Meu programa de governo prevê a ampliação, de 18 para 25 por cento, da participação do ensino no orçamento da União.

O aumento dos recursos financeiros é fundamental para que possamos melhorar significativamente a qualidade da educação, da pré-escola à universidade, incluindo a valorização salarial e profissional dos professores. Promoverei, ainda, a reorganização do setor, descentralizando a gestão: as universidades terão autonomia, como a USP, UNESP e UNICAMP, que ganharam essa condição em meu governo de São Paulo; os Estados cuidarão do ensino médio e técnico e os municípios, do ensino básico e da pré-escola. Irão somar-se, ainda, às verbas do ensino cerca de US\$ 1,5 bilhão do salário-Educação, que deixam atualmente de ser recolhidos, por conta da sonegação, que combaterei de forma rigorosa.

Com mais recursos e devidamente organizado, o ensino público terá um choque de qualidade em minha administração. Na pré-escola e educação básica, além da escolaridade formal, os alunos terão atendimento, em período integral, nas áreas da saúde, odontologia, alimentação e formação cultural e esportiva. Assim, daremos melhores condições de aprendizado às crianças, reduzindo a evasão e a repetência e oferecendo aos alunos de baixa renda oportunidade maiores de também chegarem à universidade pública, cujas vagas, historicamente, são preenchidas, em sua grande maioria, pelos jovens de famílias mais abastadas, provenientes das escolas particulares.

Outro programa de meu governo, o da "Criança de Família Pobre", que terá recursos de US\$ 3,3

bilhões, contribuirá significativamente para oferecer condições mais adequadas de aprendizado aos alunos de baixa renda.

"O aumento dos recursos financeiros é fundamental para que possamos melhorar significativamente a qualidade da educação, da pré-escola à universidade, incluindo a valorização salarial e profissional dos professores."

Quanto às universidades, especificamente, o seu papel é da mais alta importância para o nosso país, não apenas como instituições de ensino, como também voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso, quero oferecer melhores condições a essa atividade, promovendo maior integração entre as universidades, as empresas e os institutos de pesquisa. Garantirei para o setor de ciência e tecnologia recursos mínimos de US\$ 1,5 bilhão/ano do Imposto de Importação e reorganizarei a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que passará a atuar como verdadeiro banco, capaz de captar recursos e induzir o fomento científico e tecnológico. Pretendemos integrar a capacidade científica básica ao desenvolvimento tecnológico,

indispensável à rápida difusão do progresso técnico no âmbito do setor industrial.

O aperfeiçoamento e efetiva implantação do sistema de incentivos fiscais para ciência e tecnologia e a formação de recursos humanos para a pesquisa, através do apoio aos centros já consolidados e da criação de novos e do reforço e melhoria das bolsas de estudo, constituem-se em outras providências previstas em meu programa de governo.

Essas medidas são necessárias para corrigir os problemas que afetam o setor de ciência e tecnologia, que vem, há alguns anos, sofrendo de atrofia. Há, em primeiro lugar, uma extrema carência de recursos. Estamos muito longe dos 2 ou 3 por cento do PIB aplicados pelos países desenvolvidos ou de industrialização recente.

Além disso, quase sempre os recursos previstos no orçamento federal não são liberados de forma adequada. Recursos escassos e descontínuos prejudicam gravemente as atividades de pesquisa e de formação de recursos humanos. Nos últimos anos, as únicas medidas inovadoras nesse campo foram as adotadas em meu governo em São Paulo, que dobrou os recursos da Fapesp e concedeu autonomia financeiro-administrativa às universidades.

A democratização do ensino básico, o fortalecimento das universidades e o fomento à pesquisa são fundamentais para o desenvolvimento do País com independência e justiça social. Por isso, a recuperação da qualidade do ensino, de forma vertical, é uma das grandes prioridades de meu programa de governo.

*Orestes Quércia é candidato à Presidência da República pela Coligação PMDB/PSD.*

Informe publicitário

## ODONTOLÓGIA



ESTA É A OPORTUNIDADE QUE VOCÊ E SEUS DEPENDENTES TANTO ESPERAVAM. A SUA SAÚDE COMEÇA NA BOCA... E PRECISA DOS SEUS CUIDADOS E DA SUA DISCIPLINA. PRESERVE SEUS DENTES, SEU SORRISO E SUA SAÚDE GERAL, CUIDANDO BEM DE VOCÊ E DE SUA FAMÍLIA. A CDA - CAMP DENTAL ASSOCIATION LHE OFERECE ATRAVÉS DO SISTEMA ODONTO BÁSICO ESTA OPORTUNIDADE. FAÇA HOJE MESMO O SEU PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.

### PLANO BÁSICO

Estarão inteiramente cobertos os seguintes procedimentos odontológicos:

- Consulta
- Exame bucal
- Exames periódicos
- Orçamento
- Odontalgias (sedação da dor)
- Curativos pós-operatórios
- Pulpectomia (em emergência)
- Pulpotomia (em emergência)
- Drenagem intra oral de abscessos
- Drenagem extra oral de abscessos
- Tratamento de hemorragia
- Tratamento de alveolite
- Perícia inicial
- Perícia final
- Obturações e restaurações em amálgama
- Remoção de pino metálico
- Extrações de dentes permanentes
- Extrações de restos radiculares
- Extrações de dentes deciduos
- Aplicação tópica de flúor
- Análise da dentição mista
- Selamento de dente
- Tartarotomia simples
- Polimento
- Controle de placa
- Raio X - periapical
- Raio X - periapical infantil
- Raio X - Bite Wing

O demais procedimentos odontológicos não mencionados terão seus custos calculados sobre uma "tabela especial de honorários profissionais".

### PLANO SENIOR

A mesma cobertura do Plano Básico mais tratamentos de canais, obturações e restaurações fotopolimerizáveis (dentes anteriores).

#### REAJUSTAMENTO

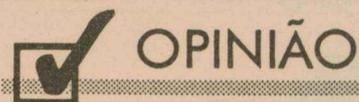
As mensalidades serão reajustadas de acordo com o mesmo índice de reajustamento da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

#### MAIORES INFORMAÇÕES

Para obter maiores informações, dirija-se à secretaria da Adunicamp.

#### LEMBRE-SE

A primeira impressão é fundamental. Por isso, um sorriso natural, bonito, envolvente e saudável é um detalhe que ninguém esquece. Sorria!...



# Fernando Henrique

Eliézer Rizzo de Oliveira

A eleição quase geral de outubro/novembro promoverá um novo arranjo do poder ao nível nacional. E, apesar das falhas e vícios da campanha eleitoral pelos meios de comunicação de massa, é legítimo afirmar que a nação concentra-se sobre suas potencialidades, seus problemas e suas perspectivas, principalmente em razão das eleições presidenciais.

**"São grandes as chances de Fernando Henrique ampliar suas bases de apoio para implementar seu programa, mesmo levando-se na devida conta o arraigado apego de seus parceiros ao aparelho de Estado."**

O senador Fernando Henrique Cardoso é candidato a Presidente da República por uma coligação partidária em torno do PSDB, a qual abriga forças políticas muito diferentes entre si. Coligações são assim mesmo, inclusive a que apóia a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva pois contempla um partido essencialmente social-democrata (PPS), tendências social-democratas do PT (representadas por Lula, Mercadante, Genuíno, Eduardo Jorge e muitos outros) e partidos e setores que se comprazem no descompromisso com a democracia.

O PT acusa o PSDB de haver recusado uma aliança eleitoral. Na verdade, esta aliança não se concretizou porque os dois partidos não a quiseram de fato. Com as intenções de voto em torno de 40% para Lula, quem, senão ele, ocuparia a cabeça de chapa? O PT aceitaria outra alternativa que não a adesão pura e simples? Evidentemente, não. Outro problema é que a performance solo faz parte das estratégias de desenvolvimento partidário (o PT que o diga!) e do cálculo do peso que PSDB e PT contam ter para a definição do poder político

no plano nacional. Embora seus programas contenham zonas de justaposição, com objetivos efetivamente semelhantes que evidenciam orientações ideológicas e políticas vizinhas, são bastante diferentes as bases sociais e as condições para a realização de cada qual. O contencioso principal diz respeito à estrutura do Estado, particularmente ao papel das empresas estatais (praticamente sem controle social no tocante aos seus objetivos, custos, direitos e resultados) e no grau de envolvimento do próprio Estado como participante direto ou como indutor do desenvolvimento econômico. São grandes as chances de Fernando Henrique ampliar suas bases de apoio para implementar seu programa, mesmo levando-se na devida conta o arraigado apego de seus parceiros ao aparelho de Estado.

Enfim, o que é uma virtude desejável para o PSDB e sua aliança (o enxugamento do Estado, preservado o seu papel nas políticas sociais: educação, previdência, saúde e cultura, assim como na defesa nacional, ciência e tecnologia e diplomacia) configura-se como inteiramente inaceitável para as forças sindicais-estatais da outra aliança. Fernando Henrique sintonizou-se com um país que é maior do que o crédito que estamos habituados a dar-lhe na universidade. Este artigo, dispensa a análise de cada um dos seus pontos mais conhecidos: educação, emprego, saúde, agricultura e segurança. Seu programa prevê a reforma fiscal e administrativa para "recuperar a capacidade do governo de governar. (...) Tornar o governo mais eficaz, para gerir o país e prestar os serviços que a população requer, significa, também, racionalizar a máquina pública e reduzir a presença do Estado, em áreas onde ela não é mais necessária (preservando-se o Estado) como produtor de bens e serviços de infra-estrutura (nas áreas estratégicas) nas quais deverá produzir com os mesmos níveis de eficiência do setor privado".

Ao organizar a aliança com o PTB e PFL ainda na fase pré-eleitoral, o PSDB buscou criar as condições políticas para o apoio parlamentar ao governo Fernando Henrique. É correto o diagnóstico do PSDB: o nó górdio do sistema político brasileiro advém do fato de que os votos majoritários que elegem o Presidente da República dispersam-se pelos candi-

datos a deputados federais e senadores, gerando uma disputa catastrófica e paralisante de competências entre Executivo e Legislativo, agravada ainda pela ausência de força programática dos partidos, pelas imprecisões da Constituição (francamente parlamentarista num sistema presidencialista), pelo descompromisso generalizado com posições partidárias, pela falta de um estatuto de fidelidade partidária, pelo fisiologismo estrutural de compra de apoio político mediante a malversação do orçamento federal. A maioria governamental precisa ser também maioria parlamentar para que o governo possa realizar sua plataforma, em particular as reformas da Constituição que poderão fundamentar novos procedimentos fiscais, novos sistemas eleitoral e partidário e uma nova distribuição de competências e responsabilidades entre os municípios, os estados e o governo federal.

Em outras palavras, Fernando Henrique está procurando escapar de um destino trágico que é o de ser impedido de realizar as reformas em decorrência da atuação intensa da minoria parlamentar, capaz de bloquear o processo decisório, a exemplo da frustrada revisão constitucional. É indispensável formar uma maioria capaz de apoiar as mudanças necessárias ao país: "Não vamos nos iludir, nem induzir o país ao erro. A eleição do presidente, por fundamental que seja, é insuficiente para assegurar as mudanças de que o Brasil reclama. Tais mudanças exigem persistência e convergência dos esforços do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, da União e dos Estados e Municípios. Isto requer, além de um programa realista e ousado, a existência de uma maioria política e social consistente que lhe dê sustentação. Com a fragmentação dos partidos, no Brasil, essa maioria não vai emergir espontaneamente das urnas (...) A capacidade de articular maiorias, somando forças diferentes e, no limite, até divergentes, constitui, assim, um elemento básico da aptidão de qualquer partido político para governar o Brasil" (\*).

(\* Fernando Henrique Cardoso, *O real e o sonho*. Discurso pronunciado no Memorial JK, no dia 28/7/94, pg. 28-29, 37-38.

*Eliézer R. de Oliveira é Professor Livre-Docente do IFCH. Coordenador do Núcleo de Estudos Constitucionais e da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp. É filiado ao PSDB.*

Informe Publicitário

CAMPCOR  
SEGUROS

UMA APÓLICE COLETIVA COM VANTAGENS EXCLUSIVAS

AGORA, VOCÊ - ASSOCIADO DA ADUNICAMP - PODE FAZER OU  
RENOVAR O SEGURO DE SEUS VEÍCULOS, PELO SISTEMA AUTO ATENDIMENTO.

É SÓ LIGAR!!!

- Desconto especial de até 25%.
- Inclusão de veículos de seus filhos, cônjuge e pais, sem burocracias.
- Serviço de assistência auto Dia e Noite.
- Aproveitamento de todos os bônus para renovação.

LIQUE JÁ!!!

FONES: (0192) 34.1983 / 34.8229



OPINIÃO

# Por que Brizola

Ana Luiza Viana e Márcio Wohlers de Almeida

*A poucos dias da eleição presidencial, acreditamos que o momento exige mais do que debates teóricos ou reflexões meramente acadêmicas.*

*Assim sendo vamos encaminhar diretamente as principais razões políticas de por que votamos em Brizola para presidente e também por que acreditamos nas propostas do Partido Democrático Trabalhista (PDT).*

**"Ele fez da praxis a sua escola política e terminou por enfrentar todas as contradições de um sistema político formado à luz de suas elites."**

1) Porque Brizola e o trabalhismo significam 50 anos de vida pública em prol do povo brasileiro. A principal característica de Brizola é a sua coerência política. Iniciou sua vida pública no Rio Grande do Sul, em 1950, elegendo-se deputado estadual ainda estudante de engenharia. Naquele momento duas correntes disputavam o voto popular e progressista: O PTB e o PCB. Brizola, por ter origem humilde e não ter a formação exigida pelas elites, foi para o PTB;

2) Porque o trabalhismo, como corrente de pensamento político, e Brizola, como líder popular, ambos aprimoraram-se no decorrer

das próprias lutas políticas. As qualidades inatas de Brizola, sua grande capacidade de comunicação e lealdade, além de sua origem humilde, fizeram-no avançar - juntamente com o trabalhismo - até a denúncia das desigualdades sociais e econômicas, decorrentes de um processo de desenvolvimento que criou uma sociedade de privilégios para uns e de exclusão para muitos que não têm acesso aos mais elementares direitos de cidadania. Esta é uma das principais diferenças entre Brizola e todos os outros. Ele fez da praxis a sua escola política e terminou por enfrentar todas as contradições de um sistema político formado à luz de suas elites;

3) Porque nos governos estaduais trabalhista - duas vezes governador do Rio de Janeiro e uma vez do Rio Grande do Sul - Brizola promoveu uma verdadeira revolução na educação pública (vide os CIEPs): atualmente a única via de libertação dos oprimidos; entendeu ainda que a violência não se combate com violência, imprimindo pois uma política de direitos civis, a despeito de todas as ameaças de intervenção;

4) Porque as propostas do trabalhismo e de Brizola - de ontem e de hoje - sempre enfatizaram a reforma agrária e a submissão tecnológica e financeira ao capital estrangeiro; nunca propuseram nem o Estado mínimo, nem o Estado máximo: apenas o Estado suficiente e soberano;

5) Porque o trabalhismo e Brizola nunca se curvaram aos desmandos do autoritarismo e da ditadura militar - os líderes do trabalhismo foram condenados ao exílio, e Brizola teve então que se ausentar por quase 20 anos da vida pública do país;

6) Porque Brizola teve a audácia de questionar o papel deturpador da mídia, em especial da rede Globo, no processo de formação de consciência política do povo brasileiro, sempre denunciando as farsas eleitorais hoje

recorrentes nas eleições brasileiras; por isso paga um preço caro: tentam desmoralizá-lo não ressaltando um de seus traços mais marcantes - o de realizador;

**"Porque Brizola teve a audácia de questionar o papel deturpador da mídia, em especial da rede Globo, no processo de formação de consciência política do povo brasileiro, (...)"**

7) Porque, enfim, ninguém, nenhum homem depois de Getúlio desafiou tanto e contribuiu mais para transformar o Brasil e modernizar nosso país, rompendo com as amarras do atraso neocolonial. Brizola, como Getúlio, deixa seu legado.

Quando o país encontrar seu destino julgará Brizola. Nós, conscientes de seu papel histórico, estamos ao seu lado porque nunca estivemos longe de seu povo. Por isso: Brizola sempre.

Ana Luiza Viana é Pesquisadora do NEPP e Márcio Wohlers de Almeida é Professor do IE/Unicamp.

Informe Publicitário

**Exitus**  
Corretora de Seguros

EXITUS CORRETORA DE SEGUROS

SEGUROS EM GERAL

**DESCONTO ESPECIAL PARA ASSOCIADOS DA ADUNICAMP**

RUA CUSTÓDIO MANOEL ALVES, 197 - BONFIM - FONES: (0192) 33-6154 / 31-7619 - CAMPINAS/SP